STJ00111709

LEANDRO PAULSEN

Doutor em Direitos e Garantias do Contribuinte.
Professor de Direito Constitucional, Tributário e Penal.
Desembargador Federal.

CURSO DE DIREITO TRIBUTARIO

COMPLETO

12ª edição
revista e atualizada

2021

saraiva jur

STJ00111709

saraiva EDUCAÇÃO | saraiva

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 3º andar
Bela Vista – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial Fernando Penteado

Planejamento Josiane de Araujo Rodrigues

Novos projetos Sérgio Lopes de Carvalho
Dalila Costa de Oliveira

Edição Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraíso Buldrini Filogônio
Marília Cordeiro
Nicoly Wasconcelos Razuk

Diagramação SBNigri Artes e Textos Ltda.
Revisão Carmem Becker
Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Paulsen, Leandro
Curso de direito tributário completo / Leandro Paulsen. - 12. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
632 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5559- 465-2 (impresso)

1. Direito tributário – Brasil. I. Título.

20-0491 CDD 340
CDU 34:336.2(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Direito tributário : Brasil

Data de fechamento da edição: 3-11-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606787 CAE 741421

STJ00111709

Sumário

Nota do Autor 19

Capítulo I
Tributação, direito tributário e tributo

1. Origem da tributação e da sua limitação 21
2. A tributação como instrumento da sociedade 25
3. Os deveres fundamentais de pagar tributos e de colaborar com a tributação 27
4. A carga tributária, o direito à informação e os custos de conformidade 32
5. Fiscalidade e extrafiscalidade 35
6. Direito tributário 39
7. Relação com outras disciplinas jurídicas 40
8. Relação com a economia 42
9. Relação com a contabilidade 43
10. Conceito de tributo 44
11. Preços públicos e receitas patrimoniais 48

Capítulo II
Sistema Tributário Nacional e sua Reforma

12. O Sistema Tributário Nacional 51
13. A Reforma Tributária 52

STJ00111709

Capítulo III
Espécies tributárias

14. Características e regimes jurídicos específicos 55
15. Critérios para a identificação das espécies tributárias 56
16. Classificação dos tributos em cinco espécies tributárias 58
17. Impostos 60
18. Taxas 61
19. Contribuições de melhoria 66
20. Empréstimos compulsórios 67
21. Contribuições 68
22. Contribuições sociais 72
23. Contribuições de intervenção no domínio econômico 73
24. Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas 75
25. Contribuições de iluminação pública 76

Capítulo IV
Princípios tributários

26. Os diversos tipos de normas: princípios, regras e normas de colisão 79
27. A relação entre os princípios e as limitações constitucionais ao poder de tributar ... 81
28. Princípios gerais de direito tributário 81
29. Princípio da capacidade contributiva 82
30. Princípio da capacidade colaborativa 86
31. Princípio da segurança jurídica em matéria tributária 89
32. Princípio da igualdade tributária 92
33. Princípio da praticabilidade da tributação 97
34. Princípio da neutralidade tributária 102
35. Princípio da transparência tributária 103

Capítulo V
Competência tributária

36. Detalhamento da competência na Constituição 107
37. Competência tributária x repartição das receitas tributárias 109
38. Competências privativas, comuns e residuais 111
39. Normas constitucionais concessivas de competência 112

STJ00111709

40. Critério da atividade estatal 113
41. Critério da base econômica 113
42. Critério da finalidade 116
43. Bitributação e *bis in idem* 118

Capítulo VI
Imunidades tributárias

44. Imunidades como normas negativas de competência 121
45. Imunidades como garantias fundamentais 122
46. Classificação, interpretação e aplicação das imunidades 123
47. Imunidades genéricas a impostos 126
48. Imunidade recíproca dos entes políticos 128
49. Imunidade dos templos de qualquer culto 130
50. Imunidade dos partidos, sindicatos, entidades educacionais e assistenciais 132
51. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel para a sua impressão 134
52. Imunidade dos fonogramas e videogramas musicais 137
53. Imunidade das entidades beneficentes de assistência social às contribuições de seguridade social 138

Capítulo VII
Das limitações ao poder de tributar que são garantias fundamentais do contribuinte

54. Natureza das limitações constitucionais ao poder de tributar 143
55. Limitações em prol da segurança jurídica, da justiça tributária, da liberdade e da Federação 144
56. Legalidade tributária 144
57. Irretroatividade tributária 152
58. Anterioridade tributária 155
59. Isonomia tributária 161
60. Não confisco 161
61. Proibição de limitações ao tráfego por meio de tributos interestaduais e intermunicipais, ressalvado o pedágio 163

Capítulo VIII
Limitações ao poder de tributar que são garantias da Federação

62. Limitações específicas à União 165

STJ00111709

63. Uniformidade geográfica 165
64. Vedação da tributação diferenciada da renda das obrigações das dívidas públicas e da remuneração dos servidores 167
65. Vedação de isenção heterônoma 167
66. Limitações aos Estados e Municípios para estabelecer diferença tributária em razão da procedência ou destino 168
67. Vedação da afetação do produto de impostos 169

Capítulo IX
Técnicas de tributação

68. Progressividade 173
69. Seletividade 175
70. Não cumulatividade 178
71. Tributação monofásica 182
72. Substituição tributária 182

Capítulo X
Classificações dos tributos

73. Da utilidade das classificações 187
74. Quanto ao ente instituidor: federal, estadual ou municipal 187
75. Quanto à competência: ordinário, residual ou extraordinário 187
76. Quanto à competência: comum, privativo, exclusivo 188
77. Quanto às espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições, contribuições de melhoria ou empréstimos compulsórios 189
78. Quanto à finalidade: fiscal, parafiscal e extrafiscal 189
79. Quanto à destinação do produto: afetados ou não afetados 190
80. Quanto à origem do fato gerador: vinculados ou não vinculados 190
81. Quanto à formação do fato gerador: instantâneo, continuado ou complexo 191
82. Quanto à aplicação: retroativo, prospectivo ou ultrativo 191
83. Quanto à alíquota: específico ou *ad valorem* 192
84. Quanto à carga tributária: cumulativo ou não cumulativo 192
85. Quanto ao aspecto quantitativo: fixo, proporcional ou progressivo 193
86. Quanto à base de cálculo: em concreto ou presumido 193
87. Quanto à vigência: permanente ou temporário 193
88. Quanto ao ônus econômico: direto ou indireto 193
89. Quanto ao contribuinte: de direito ou de fato 194

STJ00111709

90. Quanto à capacidade contributiva: pessoal ou real, subjetivo ou objetivo 194
91. Quanto à base econômica: comércio exterior, patrimônio, a transmissão de bens e de direitos a eles relativos, renda, a produção ou circulação ou atividades financeiras 194
92 Quanto ao critério de justiça que o inspira: distributivo ou comutativo 195
93. Quanto ao obrigado: próprio ou substituição tributária 195
94. Quanto à fase do crédito: existente, exigível ou exequível 196

Capítulo XI
Legislação tributária

95. Normas constitucionais 197
96. Leis complementares à Constituição 197
97. Resoluções do Senado 201
98. Convênios 201
99. Tratados internacionais 203
100. Leis ordinárias e medidas provisórias 206
101. Atos normativos infralegais: decretos, instruções normativas, portarias, ordens de serviço 207

Capítulo XII
Interpretação e aplicação da legislação tributária

102. Subsistemas da legislação tributária: os deveres, princípios, direitos e garantias que os inspiram e orientam 209
103. Vigência e aplicação da legislação tributária 213
104. Integração e interpretação da legislação tributária 214
105. Aplicação dos princípios de direito tributário, de direito público e de direito privado e das normas de colisão 217
106. Analogia e equidade 221

Capítulo XIII
Capacidade, cadastro e domicílio

107. Capacidade tributária 225
108. Cadastros de contribuintes 226
109. Domicílio tributário 227

STJ00111709

Capítulo XIV
Obrigações tributárias

110. As diversas relações jurídicas com naturezas contributiva, colaborativa ou punitiva 229
111. Obrigações principais e acessórias 230
112. Aspectos da norma tributária impositiva 233
113. Hipótese de incidência e fato gerador 235
114. Ocorrência dos fatos geradores 236
115. Classificação dos fatos geradores 237
116. Planejamento tributário e norma tributária antielisiva 239
117. Sujeito ativo 241
118. Sujeitos passivos das diversas relações jurídicas com o Fisco 242
119. Solidariedade 245
120. Contribuinte 246
121. Substituto tributário 247
122. Responsável tributário 247
123. Responsabilidade dos sucessores 251
124. Responsabilidade de terceiros, inclusive dos sócios-gerentes e administradores 254
125. Responsabilidades estabelecidas pelo legislador ordinário dos diversos entes políticos 258

Capítulo XV
Tributação do Ilícito

126. Capacidade econômica e fatos geradores envoltos em ilicitudes 263
127. Autuação de ofício ou mediante representação para fins fiscais 265
128. Premissa da irrelevância da ilicitude subjacente: princípio do *non olet* 266
129. Efeitos tributários do perdimento do produto e do proveito do crime 268

Capítulo XVI
Infrações à legislação tributária

130. As penalidades pelo descumprimento das obrigações tributárias, inclusive perdimento 271
131. Multas 273
132. Restrições a direitos e sanções políticas 278
133. Responsabilidade por infrações à legislação tributária 281
134. Denúncia espontânea e exclusão da responsabilidade por infrações 284

STJ00111709

Capítulo XVII
Constituição do crédito tributário

135. Natureza do crédito tributário 287
136. Existência, exigibilidade e exequibilidade 288
137. Constituição ou formalização do crédito tributário 288
138. Declarações do contribuinte e outras confissões de débito 289
139. Lançamentos de ofício, por declaração e por homologação 292
140. Lançamento por arbitramento ou aferição indireta 294
141. Liquidação no processo trabalhista 295

Capítulo XVIII
Suspensão da exigibilidade do crédito tributário

142. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário 297
143. Moratória e parcelamento 298
144. Impugnação e recurso administrativos 302
145. Liminares e antecipações de tutela 304
146. Depósito do montante integral do crédito tributário 306
147. Efeitos da suspensão da exigibilidade do crédito tributário 307

Capítulo XIX
Exclusão do crédito tributário

148. Natureza e efeitos da exclusão do crédito tributário 309
149. Isenção 309
150. Anistia 312

Capítulo XX
Extinção do crédito tributário

151. Hipóteses de extinção do crédito tributário 315
152. Pagamento, juros e multas 316
153. Pagamento indevido e sua repetição 318
154. Compensação 324
155. Transação 327
156. Remissão do crédito tributário 329
157. Decadência do direito de lançar 330
158. Prescrição da ação para execução do crédito tributário 332

STJ00111709

Capítulo XXI
Garantias e privilégios do crédito tributário

159. Meios de garantia e preferências do crédito tributário 341
160. Sujeição do patrimônio do devedor à satisfação do crédito 341
161. Bens absolutamente impenhoráveis por determinação legal 342
162. Arrolamento administrativo de bens 343
163. Ineficácia das alienações em fraude à dívida ativa 344
164. Indisponibilidade dos bens 345
165. Preferência do crédito tributário, inclusive na recuperação judicial e na falência . 347
166. Autonomia da execução de crédito tributário mesmo havendo concurso de credores 348

Capítulo XXII
Administração tributária

167. Órgãos e carreiras de administração tributária 351
168. Fiscalização tributária 354
169. Fiscalização orientadora e autorregularização do contribuinte 356
170. Dívida Ativa: inscrição e título executivo (CDA) 359
171. Pedido de revisão de dívida inscrita 363
172. Cadastro e lista de devedores 363
173. Certidões de situação fiscal: CND e CPD-EN 364

Capítulo XXIII
Acesso à informação e preservação do sigilo

174. O acesso à informação como elemento indispensável à fiscalização tributária e a colaboração entre as administrações tributárias 369
175. O sigilo como preservação da intimidade e da privacidade, sua transferência e preservação 371
176. O sigilo bancário e a LC n. 105/2001 373
177. Sigilo fiscal 375

Capítulo XXIV
Cobrança do crédito tributário

178. Cobrança amigável pela Receita 377

STJ00111709

179. Cobrança amigável da dívida ativa pela Procuradoria da Fazenda Nacional..... 378
180. Oferta antecipada de garantia perante a Fazenda Nacional..... 378
181. Comunicação do débito aos serviços de proteção ao crédito 379
182. Averbação pré-executória nos registros de bens para torná-los indisponíveis 380
183. Protesto extrajudicial..... 381
184. Execução judicial..... 383

Capítulo XXV
Impostos sobre o patrimônio

185. Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) 385
186. Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) 389
187. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR)..... 394

Capítulo XXVI
Impostos sobre a transmissão de bens

188. Imposto sobre Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis (ITBI) 403
189. Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD)..... 409

Capítulo XXVII
Imposto sobre a renda

190. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)..... 417

Capítulo XXVIII
Impostos sobre a atividade econômica

191. Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) 431
192. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) 432
193. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) 443
194. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)..... 459
195. Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF) 466

STJ00111709

Capítulo XXIX
Impostos sobre o comércio exterior

196. Imposto sobre Importação (II) 479
197. Imposto sobre Exportação (IE) 489

Capítulo XXX
Contribuições sociais

198. Contribuições previdenciárias dos segurados do Regime Geral de Previdência Social 493
199. Contribuições previdenciárias do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada 500
200. Contribuições previdenciárias substitutivas sobre a receita 509
201. Contribuições de seguridade social sobre a receita (PIS e Cofins) 511
202. Contribuição sobre bens e serviços (CBS) 522
203. Contribuições de seguridade social do importador (PIS-Importação e Cofins-Importação) 524
204. Contribuição de Seguridade Social sobre o Lucro (CSL) 526
205. Contribuições dos servidores públicos para seus regimes próprios de previdência .. 528

Capítulo XXXI
Contribuições de intervenção no domínio econômico

206. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Incra 531
207. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Sebrae 533
208. Contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a comercialização de combustíveis 535

Capítulo XXXII
Contribuições do interesse de categorias profissionais e econômicas

209. Contribuição aos conselhos de fiscalização profissional 537

Capítulo XXXIII
Contribuição de custeio da iluminação pública

210. Contribuição de Iluminação Pública Municipal (CIP) 541

STJ00111709

Capítulo XXXIV
Taxas de serviço e de polícia

211. Taxa de coleta de lixo domiciliar 545
212. Taxa de fiscalização, localização e funcionamento 546

Capítulo XXXV
Regime do Simples Doméstico

213. Regime simplificado e unificado de recolhimento de tributos para o empregador doméstico 549

Capítulo XXXVI
Regime do Simples Nacional

214. Regime Simplificado e Unificado de Recolhimento de Tributos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional 551

Capítulo XXXVII
Processo administrativo-fiscal

215. Processo administrativo-fiscal federal 557
216. Ação fiscal e autuação 558
217. Notificações e intimações 561
218. Fase litigiosa: impugnação, instrução e recursos 562
219. Nulidades no processo administrativo-fiscal 565
220. Processo administrativo-fiscal estadual 566
221. Processo administrativo-fiscal municipal 566

Capítulo XXXVIII
Processo judicial tributário

222. Questões comuns às ações tributárias 567
223. Ações ajuizadas pelo Fisco 567
224. Medida cautelar fiscal 568
225. Execução fiscal 570
226. Exceção de pré-executividade 575
227. Embargos à execução fiscal 575
228. Ações ajuizadas pelo contribuinte e demais obrigados 577
229. Mandado de segurança 581
230. Ação declaratória 584

STJ00111709

231. Ação anulatória 586
232. Ação cautelar de caução 587
233. Ação consignatória 588
234. Ação de repetição de indébito tributário e de compensação 589
235. Conexão entre ações tributárias 591

Capítulo XXXIX
Direito penal tributário

236. Criminalização de condutas ligadas à tributação 593
237. Crimes tributários praticados por particulares 594
238. Princípio da insignificância nos crimes contra a ordem tributária 594
239. O falso como crime-meio e consunção 598
240. Constituição definitiva do crédito tributário como condição de punibilidade dos crimes materiais contra a ordem tributária (Súmula Vinculante 24) 599
241. Representação fiscal para fins penais 602
242. Ação penal pública 604
243. Suspensão da punibilidade pelo parcelamento 604
244. Extinção da punibilidade pelo pagamento 606
245. Extinção da punibilidade pela regularização cambial e tributária da Lei n. 13.254/2016 607
246. Continuidade delitiva nos crimes contra a ordem tributária 608
247. Descaminho 610
248. Crime de apropriação indébita tributária em geral 612
249. Apropriação indébita de imposto indireto (IPI/ICMS/ISS) 614
250. Crime de apropriação indébita de contribuições previdenciárias 618
251. Crime material contra a ordem tributária: sonegação de tributos 620
252. Sonegação de contribuição previdenciária 622
253. Crime formal contra a ordem tributária: art. 2º da Lei n. 8.137/90 623
254. Crime de falsificação de papéis públicos tributários 624
255. Crimes tributários praticados por funcionários públicos 625
256. Crime de excesso de exação 626
257. Crime de facilitação ao descaminho 627
258. Crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro, processo ou documento fiscal 627
259. Crime de corrupção passiva fiscal 628
260. Crime de advocacia administrativa fiscal 629